



SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e\*  
<https://orcid.org/0000-0001-7615-0097>

**RESUMO:** Em um cenário de crise social e econômica provocada por uma seca prolongada, que afetou o Ceará e o Piauí na segunda metade do século XIX, as disputas entre os políticos do Partido Liberal e do Conservador tiveram como um dos temas principais a destinação e o uso dos recursos para auxílio à população migrante, pelas Comissões de Socorros Públicos instaladas em várias localidades do Piauí. Nesse contexto, o fornecimento e o comércio de carne verde foram um dos principais alvos. Partindo disso, este texto tem como objetivo analisar as disputas políticas em torno do fornecimento e do comércio da carne verde no Piauí, na seca de 1877-1879, ocorridas por meio da imprensa piauiense. Para tal, utilizou-se como fontes principais os debates travados entre os representantes dos dois partidos nos jornais *A Imprensa* (Liberal) e *A Época* (Conservador), ao longo dos três anos de duração da seca, identificando como os interesses políticos e econômicos se cruzavam em meio a uma crise que afetava principalmente a população pobre local e emigrada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Piauí; Seca; Política; Carne verde.

**ABSTRACT:** In a scenario of social and economic crisis caused by a prolonged drought that affected Ceará and Piauí in the second half of the 19th century, disputes between politicians from the Liberal and Conservative parties focused on the allocation and use of resources to assist the migrant population through the Public Relief Commissions established in various locations in Piauí. In this context, the supply and trade of fresh meat became one of the main targets. Based on this, the objective of this text is to analyze the political disputes surrounding the supply and trade of fresh meat in Piauí during the drought of 1877-1879, as reported in the press of Piauí. For this purpose, the main sources were the debates between representatives of both parties in the newspapers *A Imprensa* (Liberal) and *A Época* (Conservative), throughout the three years of the drought, identifying how political and economic interests intersected during a crisis that primarily affected the poor local and migrant population.

**KEYWORDS:** Piauí; Dry; Policy; Green meat.

---

\* Doutor em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), com pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Autor do livro *Emigrados do Sertão: Secas e Deslocamentos Populacionais Ceará-Piauí (1877-1891)*, publicado pela Editora Cancioneiro em 2024.

## INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XIX foi marcada por frequentes episódios de secas prolongadas no Norte do Brasil<sup>1</sup>, que atingiram regiões de províncias onde atualmente se localiza geograficamente o Nordeste brasileiro. Entre as várias consequências desse fenômeno, pode-se citar a migração da população para locais onde fosse possível encontrar meios de subsistência. A província do Ceará foi palco desses episódios ao longo do século XIX. Entre os anos de 1877 e 1879, a incidência de uma seca que perdurou por três anos consecutivos impulsionou o deslocamento dos seus habitantes para várias regiões do Império. Muitos embarcaram em direção ao Pará e ao Amazonas, por exemplo, mas outros buscaram abrigo no Piauí, província vizinha ao Ceará. Entre os motivos, podemos destacar: a tentativa de encontrar os socorros públicos que não recebiam na província natal, preferir a migração para a Amazônia ou para o Sul, “não serem absorvidos pelas obras públicas cearenses, proximidade da fronteira e contatos preexistentes entre as províncias, existência de regiões frias, principalmente às margens dos rios e a possibilidade de se estabelecer no Piauí após a seca” (Silva, 2024, p. 289).

O Piauí, que também enfrentava o fenômeno climático, passou a vivenciá-lo igualmente enquanto produto social, seja pela forma como a seca afetava a sua população, a sua produção agrícola e pecuária, e, conseqüentemente, a sua economia, seja pelo impacto ocasionado pela chegada intensa de migrantes cearenses em várias vilas e municípios da província, como em Príncipe Imperial e Independência, na época pertencentes ao Piauí, na fronteira leste com o Ceará, Oeiras ao sul, e na capital, Teresina, ao norte.

---

<sup>1</sup> Ao longo do século XIX, as secas periódicas na parte Norte do Império geraram intensos debates na imprensa partidária das províncias atingidas, assim como na corte, reverberando em falas que criticavam a atuação do Estado brasileiro no combate às secas, destacando que as ações eram sempre emergenciais e de efeito passageiro. Liberato Barroso, em 1915, apontou que o governo só agia em épocas de crises, com medidas momentâneas como obras inacabadas e assistencialismo, abandonando tudo quando a situação temporariamente melhorava. Essa prática cíclica perpetuava o problema. Já em 1877, um relatório do Ministério do Império alertava que ignorar as secas em tempos normais e agir apenas em emergências era inadequado, pois, passado o perigo, as preocupações desapareciam, mantendo a ineficiência no enfrentamento do fenômeno (Silva, 2024).

Diante do acréscimo populacional e da crise que se instalara, o governo provincial estabeleceu a abertura das Comissões de Socorros Públicos<sup>2</sup> em várias localidades, a fim de oferecer auxílio tanto para a população migrante quanto para os piauienses. Essas comissões recebiam recursos públicos para agirem de diversas formas, entre elas, na oferta de víveres, como grãos, farinha, carne verde<sup>3</sup>, medicamentos, vestimenta e também passagens para outras localidades. Esses recursos eram administrados por pessoas que possuíam certo distintivo social em cada localidade, como delegados, párocos e juizes.

Por se tratar de recursos públicos, a aplicação desses valores pelos membros das diversas comissões de socorros foi pauta de vigilância da imprensa piauiense, notadamente pelos dois jornais que representavam os interesses dos partidos com maior atuação política no Piauí, *A Imprensa*<sup>4</sup>, de ideologia liberal e *A Época*<sup>5</sup>, de ideologia conservadora. A existência desses periódicos na época imperial era uma realidade frequente: “o governo tinha sempre os seus jornais, o mesmo acontecendo com a oposição. Os jornalistas lutavam na linha de frente das batalhas políticas e muitos deles eram também políticos” (Carvalho, 2008, p. 54). No Piauí, “os jornais *A Imprensa* e *A Época* foram espaços dedicados a muitas ofensas, acusações e também defesas dos atingidos, quase sempre também ofensivas” (Silva, 2024, p. 369).

Ao longo dos três anos em que se sucedeu a seca, os dois periódicos foram palco de debates sobre o destino dado aos valores empenhados a cada Comissão de Socorros pela Tesouraria da Fazenda provincial. Esses embates, que eram mais políticos do que necessariamente preocupados com o auxílio ao povo que sofria com os efeitos da seca, deixaram intensos registros sobre a ação dos dois partidos no

---

<sup>2</sup> As Comissões de Socorros Públicos eram um mecanismo previsto na Constituição imperial de 1824, que garantia os socorros públicos em casos de calamidades, como secas, epidemias e enchentes (Brasil, 1824). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm). Acesso: 02 mar. 2025.

<sup>3</sup> É a carne obtida pouco após o abate do animal, ainda com sangue, sem aditivos ou conservantes, como sal, exposta ao sol ou refrigerada.

<sup>4</sup> Lançado em 25 de fevereiro de 1865, por Deolindo Moura, deputado pelo Partido Liberal, o jornal teve atividade até o início da República (Rego, 2001). A última edição do periódico existente na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, de número 1095, é datada de 9 de novembro de 1889.

<sup>5</sup> Foi lançado em 8 de abril de 1878, “atravessa a década seguinte, sempre combatendo os liberais e suas ideias abolicionistas. Teodoro Alves Pacheco, Raimundo Arêa Leão, Antônio Coelho Rodrigues e Simplício Coelho de Resende são seus redatores” (Rego, 2001, p. 53).

Piauí nesse período, permitindo analisar a dinâmica do fornecimento e do comércio da carne verde para a alimentação da população migrante e pobre no século XIX.

Partindo desse cenário social, econômico e político, este texto tem como objetivo analisar as disputas políticas em torno do fornecimento e do comércio da carne verde no Piauí, na seca de 1877-1879. Para isso, usou-se como fontes principais os debates travados entre os representantes dos Partidos Liberal e Conservador nos jornais *A Imprensa* e *A Época*, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, identificando como os interesses políticos e econômicos se cruzavam em meio a uma crise que afetava principalmente a população pobre local e emigrada.

### **AS DISPUTAS POLÍTICAS EM TORNO DO FORNECIMENTO DA CARNE VERDE PARA OS MIGRANTES DA SECA NO PIAUI**

As disputas pelo poder entre os gabinetes Liberal e Conservador no Império repercutiam diretamente na política piauiense. Em âmbito local, os representantes das duas agremiações utilizavam discursos e medidas, tanto para alcançar o poder quanto para mantê-lo, adotando práticas que pouco diferiam daquelas observadas na Corte. A imprensa era um veículo sólido onde se travavam as disputas políticas e, obviamente, também por onde se difundiam os discursos que iam de encontro aos interesses de cada lado. Como ferramenta, as acusações e ofensas políticas e até mesmo pessoais eram comuns de serem encontradas nesses periódicos. No Piauí, ao longo dos três anos da seca iniciada em 1877, dois jornais piauienses faziam esse papel de modo destacado: o *A Imprensa*, propagador e defensor das ações dos liberais na província, teve forte atuação nesse período, principalmente em defender a “gestão da seca” no Piauí, dos ataques do *A Época*, do Partido Conservador, que, destituído do poder logo nos primeiros meses da seca, passou a publicar críticas sistemáticas às ações do governo liberal no trabalho de combate aos efeitos do fenômeno e aos socorros à população. Nesse contexto, pode-se entender o discurso como “resultante de um conjunto de determinações reguladas em um momento dado por um feixe complexo de relações com outras práticas, discursivas e não-discursivas” (Robin, *et al.*, 1994, p. 82). Identificado por meio da imprensa oitocentista, “o discurso jornalístico toma parte no processo histórico de seleção dos acontecimentos que serão recordados no futuro” (Mariani, 1993, p. 33).

No poder desde 1875, o Gabinete Conservador possuía no executivo provincial piauiense um dos seus membros, Dr. Graciliano de Paula Batista, que governou de janeiro a agosto de 1877. Os conservadores ainda administraram o Piauí até o começo de 1878, quando subiu ao poder o Gabinete Liberal. Nesse espaço de tempo, mais três políticos diferentes estiveram na administração da província. Foram eles os responsáveis pelas primeiras medidas de combate aos efeitos da seca no Piauí, como a instalação das Comissões de Socorros Públicos e dos Núcleos Coloniais.

Os Núcleos Coloniais, criados no Piauí, na sua maioria foram fixados em localidades nos arredores de Teresina, em sítios/fazendas de particulares, que firmavam contratos com o governo provincial sob pagamento de uma diária específica pelo poder público ao contratante. Tinham por finalidade receber os migrantes da seca, dando-lhes auxílio e evitando que a capital fosse “invadida” por uma grande quantidade de pessoas famintas se acumulando nas ruas, impedindo o desencadeamento de epidemias, bem como buscando tirar das vistas da população local aquela grave crise. Entre as obrigações dos contratantes dos núcleos, estava o fornecimento da ração diária a cada pessoa neles abrigada, que envolvia gêneros como grãos e carne, além de medicamentos para tratamento de doenças. Nesse contexto, os contratos firmados com esses proprietários, o pagamento, a regularidade da fiscalização, a quantidade e a qualidade dos alimentos distribuídos foram alvos constantes de denúncias pelo jornal *A Época*, com destaque para as questões relacionadas ao fornecimento de carne verde.

Posto isso, enquanto os conservadores estavam no poder, o *A Imprensa* assumiu a função de vigilância e acusação em relação às ações ou à ausência delas por parte dos conservadores. Após a inversão do poder, passou a ser visto, no *A Época*, conteúdo praticamente semelhante, porém com um tom de acidez mais acentuado e com linguagem ressentida.

No cenário de seca apontado, a principal medida adotada tanto por liberais como conservadores no Piauí foi o assistencialismo, iniciado por esses últimos, quando estavam na administração, autorizando a instalação de Comissões de Socorros Públicos em diversas comarcas piauienses.

No exercício do assistencialismo aos migrantes no Piauí por meio das Comissões de Socorros, em 1878, o presidente Sancho de Barros Pimentel concluiu que “a sustentação do imigrante custa aqui talvez menos do que em qualquer outra

província, por haver sempre na falta do mais, carne muito barata (...)” (Piauí, 1878, p. 12). Ao fazer essa afirmação tomava como base a realidade econômica que historicamente caracterizou a província até aquele século. Tendo a pecuária como principal fonte das suas receitas, o Piauí era conhecido pelos seus rebanhos de gado bovino, que abasteciam muitas regiões do Brasil, e até praças do exterior. Porém, tratava-se de um período de escassez hídrica e, conseqüentemente, de falta de pasto, que afetava diretamente a engorda e a reprodução dos rebanhos piauienses. Apesar disso, a carne de gado bovino foi um dos principais alimentos de que dispôs o poder público para a população migrante.

Em setembro de 1877, uma mensagem enviada de Príncipe Imperial para a capital relatava o estado em que se encontrava o local. Sem chuvas, com a entrada maciça de migrantes e com a ausência de socorros pelo governo, as dificuldades se acentuavam. Até aquele momento, só havia recebido dois repasses para a comissão, o primeiro em maio daquele ano, no valor de 500\$, e o segundo, de 1000\$, no mês seguinte, parte usada para pagar o transporte dos “que queriam retirar-se para onde pudessem trabalhar”. Com muitas dificuldades, uma autoridade local conseguiu fornecer a carne de gado a 400 réis o quilo por um período, depois subindo para 500. Sem a ação do poder público, a força policial da localidade também já se encontrava fragilizada (A Imprensa, nº 517, 1877, p. 04).

Em outubro, nessa mesma localidade, o gado existente sofria com a falta de pasto e com a ação “da faca dos ladrões, que há muito matam em público, e em grupos armados”<sup>6</sup>. A carne no mercado já não aparecia com frequência e “alguma rês que vem ao açougue, não há quem possa comer dela de magra”. Outros gêneros alimentícios, como legumes, também já escasseavam ou tiveram os seus preços elevados: a farinha já custava “5\$000 réis o prato, de dois litros, a rapadura a 400 e 500 réis uma, pequenas e más” (A Imprensa, nº 521, 1877, p. 04).

Em Oeiras, no mesmo período, os relatos eram parecidos: em listagem elaborada pela Comissão de Socorros daquele lugar, foram enumeradas 934 famílias, somando ao todo 5.702 pessoas alistadas, grande parte “em estado de penúria”

---

<sup>6</sup> A ocorrência de crimes, entre eles o furto de gado no Piauí durante esse período também foi destaque na imprensa e nos documentos oficiais. Em Príncipe Imperial, foram registrados vários delitos dessa natureza, sendo alguns praticados por bandos e grupos familiares, como um caso registrado pelo delegado daquela comarca em abril de 1878. Ver: A Imprensa, nº 544, 1878, p. 04.

oriundas do Ceará e da Paraíba. A farinha subiu de 20 para 200 réis o litro, arroz e feijão já não eram encontrados no mercado. Quanto à carne, descrevia: “o gado está tão magro que dificilmente se encontra reses que sirvam para o talho, e essa dificuldade é exagerada nessa época pela prenhez das vacas [...]”, alimentando o receio de que logo faltaria completamente a carne no mercado (A Imprensa, nº 525, 1877, p. 04).

No mesmo ano, em Teresina, o “passadio” tornava-se “cada vez mais caro e insuficiente”. A carne verde já custava 280 réis o quilo, chegando a 320, “sendo que muitas vezes só se encontra numa parte de má qualidade, – como quase sempre a carne que os açougueiros vendem”. Com o arroz, o milho e o feijão, era o mesmo: encarecidos e sem abundância (A Imprensa, nº 525, 1877, p. 04). No ano seguinte, a comissão de Teresina autorizou a contraprestação do fornecimento de carne para ser distribuída aos emigrantes e pessoas necessitadas, na razão de 4 a 5 reses por semana (A Imprensa, nº 541, 1878, p. 01).

A escassez dos gêneros alimentícios e o seu encarecimento foram pauta constante na imprensa nos anos de seca. Em fevereiro de 1878, de Oeiras, informava-se que muitas pessoas, em inanição, “morriam à fome”, não mais podendo ser chamadas de indivíduos, mas sim de “cadáveres” ou “semicadáveres”. Relatava não haver mais mantimentos no local, existindo, quando encontrada, somente a carne, fornecida pela comissão. A farinha, quando aparecia, era vendida rapidamente ao preço alto de 1:00 a 1:280 réis o prato (dois litros). A quarta (50 litros) do mesmo produto era oferecida a valores que iam de 25\$000 a 30\$000 (A Imprensa, nº 531, 1878, p. 04). Em meio a um grande número de pessoas que chegavam em Oeiras, migrando do Ceará em busca de socorros, existiam situações particulares que chamavam a atenção da imprensa. No ano de 1877, quando já se estimava haver mais de cinco mil migrantes em Oeiras, o jornal *A Imprensa* criticou a ação de um migrante “indigno de socorro”. Após receber auxílio para ele e sua família, composta por oito pessoas, Severino José Cavalcante, de Várzea da Vaca, no Ceará, “mameluco, alto, corpulento, muito barbado, com barba muito grande, curto da vista, fingindo-se mesmo cego (mas anda só e cassa pelo mato mesmo a noite) depois de achar-se vestido e bem suprido de viveres por mais de um mês, deu para valerão e vivia a provocar desordens”. Ao ser repreendido pelo juiz de direito da localidade, o

migrante citado, enfurecido, inutilizou o bilhete de fornecimento de carne, afirmando não precisar mais dos socorros naquele lugar (A Imprensa, nº 517, 1877, p. 04).

Muitas eram as advertências e clemências ao governo de várias localidades do Piauí, que enfocavam a falta de recursos para auxiliar a população residente e emigrada; parte desses informes publicados na imprensa relatavam a mortandade de pessoas por doenças e por inanição provocada pela fome, principalmente as crianças, que eram umas das primeiras vítimas da seca.

Sentindo-se impotente nas atribuições de sua função, pela falta de recursos financeiros para o seu exercício como comissário, o vigário de Príncipe Imperial, Antonio Cavalcante de Macedo Albuquerque, pediu demissão da Comissão de Socorros daquela comarca ao presidente da província, alegando a falta de apoio do governo provincial no envio de recursos para auxílio à população daquele lugar, bem como para os “infelizes que passam açotados pelo flagelo, com a trouxa na cabeça e os filhinhos nas costas”. Considerando a incumbência do cargo como um erro, “vendo os seus bons desejos e esforços perdidos”, queixava-se também “das más línguas, não obstante a lisura de seu procedimento, zelo e mais acrisolado exemplo e retidão” (A Imprensa, nº 521, 1877, p. 04). Essa atitude, com a sua explicação, somada às várias clemências das Comissões de Socorros de diferentes comarcas piauienses, é um exemplo de como a ação do poder público piauiense foi limitada a determinados espaços e períodos durante a seca que afetava a província.

A impotência de atender a todos os locais da província foi reconhecida pelo próprio governo em alguns momentos. Era provocada, entre outros fatores, pelos recursos limitados, pelas distâncias e dificuldades de acesso entre as diferentes localidades e pela escassez de gêneros alimentícios. Porém, mais do que as notificações da falta de auxílio, o tema principal focado pelos periódicos, quando estavam na oposição, era o julgamento quanto ao uso dos recursos pelas Comissões de Socorros e os contratos firmados pelo poder público com os contratantes dos Núcleos Coloniais, sendo o fornecimento de carne verde um dos tópicos principais desses debates.

Como informado, nos primeiros meses da seca, ainda em 1877 e início de 1878, enquanto os conservadores ainda estavam no poder no Piauí, o jornal *A Imprensa* tomou para si o trabalho de fiscalizar as ações do governo local na assistência aos migrantes. Porém, após a inversão de poder, o conservador *A Época* passou a exercer

essa função, enquanto o primeiro foi utilizado como mecanismo de defesa, divulgação dos trabalhos do governo, assim como também de crítica à gestão anterior dos conservadores.

A respeito disso, no ano de 1877 o jornal *A Imprensa* deu espaço para uma denúncia recebida de Piri-piri, sobre a compra de carne verde pela comissão local. Segundo publicado, a decisão tinha como finalidade a aplicação por “meio mais econômico” de um conto de réis recebido do governo provincial. Um dos membros da comissão, o delegado e comissário tenente Francisco Gonçalves Medeiros, sugeriu que fossem consultados os fazendeiros para aquisição de carne mais barata, porém, o juiz municipal, que era “o marchante que fornece carne que a comissão dar para os emigrantes, cuja negociação tem ele algum lucro”, teria os seus interesses comprometidos se assim fosse procedido. Um outro membro da comissão era o coletor geral, cunhado do juiz. Vencida a sua proposta, o delegado, em desconforto, saiu em protesto. O informante da notícia, identificado pelo pseudônimo *O Pesquisador*, concluiu: “É assim que as mãos largas vão sendo distribuídos os cofres da nação. Aproveitando sempre aos felizardos” (*A Imprensa*, nº 520, 1877, p. 03). A denúncia foi respondida no mesmo periódico sete edições depois. Adjetivando *O Pesquisador* como “alheio à arte de escrever”, negou o envolvimento do juiz no comércio de carne e defendeu a compra desse produto no mercado, alegando ser menos onerosa aos cofres públicos (*A Imprensa*, nº 527, 1877, p. 04).

Independentemente desse caso, nessas reuniões para decisão da aplicação dos socorros, estavam em jogo os

interesses locais, que começavam na vila ou no município e iam até o presidente da província. É provável que em muitas comissões os valores tenham sido utilizados de forma indevida, e muitas vezes as prestações de contas foram superfaturadas para beneficiar um ou todos os membros da comissão (Silva, 2024, p. 381).

Notícias dessa natureza eram publicadas com frequência pelos dois jornais, e a linguagem empregada para se direcionar aos opositores era carregada de retórica desqualificadora, que ia de ofensas políticas a pessoais. Para Marinalva Barbosa, “os insultos verbais presentes em profusão nesses periódicos fazem parte de uma longa linhagem narrativa, na qual a quebra da normalidade presumida, a inclusão de temas sensacionais e o apelo às fórmulas retóricas são fundamentais para a conquista do público” (Barbosa, 2020, p. 49).

Entre as expressões utilizadas pelo jornal *A Imprensa* para se defender e atacar os redatores do *A Época*, está um exemplo publicado em 1878. Rebatendo “acusações banais” sobre o uso dos recursos pela Tesouraria da Fazenda com as comissões, reportou: “Azedume da frase e grosseria da linguagem é o que menos temos a estranhar. Corre paralela a deslealdade da argumentação com a inversão da verdade. Há em tudo mistificação dos fatos, desprezo do bom senso público”. Na construção argumentativa, buscava também desacreditar a origem das denúncias: “firmando em dados que colhera aliunde, em informações bebidas em fontes impuras”. De fato, muitas das notícias publicadas pelo *A Época* eram identificadas como repassadas por “um informante” não identificado, dando margem para que o jornal liberal refutasse as denúncias afirmando que elas eram feitas “em nome do “despeito” e do “prazer de criticar”, que “censura hoje o que praticara o seu governo; desconhece a própria sombra e renega os atos seus mais queridos” (*A Imprensa*, nº 541, 1878, p. 02). Independentemente da fonte, que em poucas vezes se baseava em documentos, mas nos ditos informantes “na leitura dos textos publicados, tanto nos jornais liberais como conservadores, observa-se um discurso pautado na ideia de transmissão da verdade e da mentira, onde o emissor sempre conduzia o leitor ao melhor pensamento, enquanto o opositor buscava enganar” (Silva, 2024, p. 370).

Ao chegar ao poder no Piauí, uma das principais justificativas do governo liberal para as medidas tomadas foi a redução de despesas, que segundo eles, haviam sido extrapoladas pelos conservadores. Para isso, os acordos com os contratantes dos Núcleos Coloniais foram revisados, sendo eles reduzidos em mais da metade, concentrando os migrantes em apenas sete deles, a fim de economizar e otimizar a fiscalização. Porém em contraposição a esse argumento, o jornal conservador afirmava que o governo do presidente Araujo Costa “pela incúria e desleixo” deixava “morrer a fome e à mingua os infelizes emigrantes nesta capital e nos diversos municípios da província”. Amaldiçoava o governo que, “com a aparência de economia e regularidade em seus atos, esbanja dinheiros públicos em favor de meia dúzia de íntimos, verdadeiros espectadores da miséria do povo, e para quem esta seca tem sido uma milagrosa mina” (*A Época*, nº 04, 1878, p. 01).

Em 1878, ofício enviado pelo governo provincial para a Comissão de Socorros de Oeiras recomendava “terminantemente” que aquela comissão “procurasse comprar por preço mais módico a carne destinada ao sustento dos emigrantes ali

estacionados; pois era elevado o preço de 220 réis, por quanto até hoje tem a dita comissão comprado. Por isso, convinha estabelecer concorrência a fim de efetuar-se a compra pelo menor preço possível” (A Imprensa, nº 535, 1878, p. 02). Em razão disso, determinava que rescindisse o contrato com o fornecimento de carne celebrado com o major Antonio de Hollanda Costa Freire, “pois em virtude dele o governo estava fazendo uma enorme despesa gastando em doze dias 3:200\$00, réis, pagando o quilo de carne a razão de 200 réis, preço superior ao que, consta se está vendendo no mercado” (A Imprensa, nº 535, 1878, p. 06), limitando a despesa com a compra de carne diariamente a 500\$000 réis (A Imprensa, nº 538, 1878, p. 01).

Essa recomendação foi realizada no mesmo período em que o *A Época* contestava “o pagamento feito ao major Antonio Hollanda Freire, na quantia de DEZ CONTOS DE RÉIS, provenientes de carnes verdes fornecidas aos emigrantes cearenses na cidade de Oeiras, no pequeno período de 30 dias”. Embasando a denúncia, o jornal apresentava dados do valor da rês, o consumo realizado nos demonstrativos e a quantidade de pessoas alimentada, chegando a um volume de carne que considerava impossível de um ser humano consumir diariamente. Diante disso, questionava: “Qual o estômago humano, *a não ser aparentado com a tesouraria da fazenda*, que possa ingerir por dia tão prodigiosa quantidade de alimento?” (A *Época*, nº 01, 1878, p. 02). O pagamento desse fornecimento havia sido autorizado pelo irmão do major, que era membro da Comissão de Socorros de Oeiras, Fernando Freire, segundo constatou o jornal; permissão que só poderia ser executada pelo presidente da província.

Referindo-se ao artigo publicado no *A Época*, o jornal *A Imprensa* publicou o que seria a resposta das acusações. Intitulando o direcionamento de “Transloucamento e requintada má fé”, afirmava: “Os homens da situação decaída, que no auge do desespero em que os deixou a perda de poder, de que por longos dez anos usaram e tanto abusaram em detrimento da causa pública, já não sabem o que fazem, já não examinam a quem vai ferir o golpe de suas envenenadas setas, atiradas a esmo”. Nele, além de buscar desqualificar as investidas acusatórias do jornal opositor, defendia a realização do contrato, explicando como haviam ocorrido os fatos. Como era comum, nenhum dos artigos teve autoria assinada, mas as intenções e os destinatários eram bem claros, as matérias tinham caminho mútuo, e certamente

alimentavam os dissabores e a luta pelos espaços de poder entre os liberais e conservadores no Piauí provincial (A Imprensa, nº 538, 1878, p. 03).

Ao que se pode perceber, existia um sobrepreço no fornecimento da carne aos emigrantes, que era pago com os cofres públicos, fazendo coro à denúncia do jornal conservador. No mesmo número em que o *A Imprensa* publicou a defesa, também foi estampada uma nota informando que a comissão de Oeiras passara, a partir de março daquele ano, a receber o fornecimento de carne do Sr. Achiles Ferraz (A Imprensa, nº 538, 1878, p. 04). Com a mudança, provocava o jornal: “Pode, pois, *A Época*, bater palmas de contente por não ser mais o contratante o nosso amigo major Hollanda”, e questionou: “Baixará por isso de intensidade o calor hidrofóbico, que reina na *Época* contra o major e seu irmão?” (A Imprensa, nº 538, 1878, p. 04).

Em período seguinte, houve uma diversificação nos fornecedores de carne naquela comarca. No final de 1878, a Tesouraria da Fazenda autorizou o pagamento da quantia de 999:600 réis a Joaquim Calisto de Araujo, pelo fornecimento de carne verde à Comissão de Socorros de Oeiras, para alimentação dos emigrantes que ali existiam, dentro do limite que possuía a comissão para gastar mensalmente, que era de 2:000\$000 réis (A Imprensa, nº 555, 1879, p. 02). No ano de 1879, foi registrado o pagamento a outro fornecedor, Joaquim Collecta de Araujo, o qual recebeu 2:000\$000 pelo fornecimento não só de carne, mas também de dietas para a enfermaria e remédios (A Imprensa, nº 547, 1879, p. 02). Chama a atenção também a autorização de pagamento pelo fornecimento de carne em Oeiras, no mês de janeiro 1879, a uma mulher. Segundo consta, D. Antonia Teixeira de Sá deveria receber a quantia de 2:354\$820 réis provenientes de 9.057 quilos de carne que a mesma havia fornecido à Comissão naquele período (A Imprensa, suplemento ao nº 586, 1879, p. 05). Esse caso em específico é um exemplo de que os padrões masculinos de dominação política e econômica possuíam suas exceções, como no caso da senhora citada, que possivelmente era proprietária de fazenda de gado, situação ocupada, talvez, pelo estado de viuvez.

Diante da vigilância da oposição, as Comissões de Socorros parecem ter buscado maior transparência nos contratos, abrindo concorrência. Em 1879, a Comissão de Teresina publicou uma chamada para o recebimento de propostas de fornecedores de carne verde para a capital, conforme imagem seguinte:

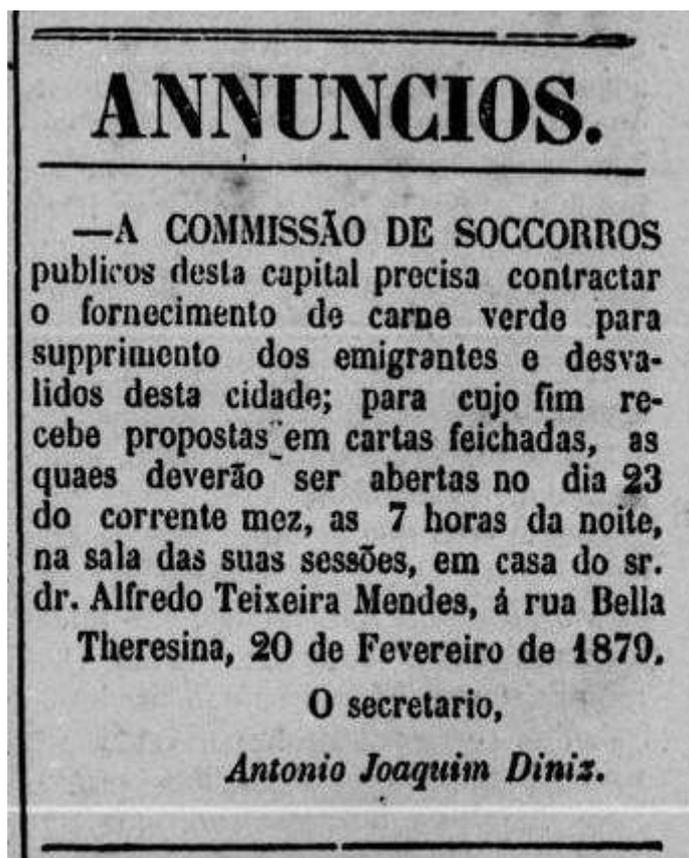


Figura 01: Chamada para propostas de fornecimento de carne em 1879  
Fonte: A Imprensa, nº 581, p. 04.

Publicidades como essa não eram suficientes para conter as críticas da oposição. Em fevereiro de 1879, Alfredo Teixeira Mendes, incomodado com mais uma acusação do *A Época*, que levantava suspeita sobre a contratação do fornecimento de carnes pela comissão de Teresina, redigiu extensa defesa esclarecendo todos os fatos, de como havia ocorrido o processo de aquisição desse gênero alimentar. Anteriormente a isso, havia denunciado o jornal conservador, que as ofertas enviadas para análise foram combinadas juntamente com o governo provincial com a finalidade de contemplar um correligionário. Em sua defesa, o político alegava que “esses periódicos, maliciosamente alterando a verdade, taxaram de escandaloso o contrato feito” para o fornecimento de 160 bois, a 300 réis o quilograma. “Movidos, mais pelo despeito oposicionista, do que pelo amor das públicas economias” (*A Imprensa*, nº 580, 1879, p. 03).

A pelega em torno desse negócio rendeu contínuas acusações e defesas nos números seguintes dos dois jornais. Em uma delas, Anísio Teixeira afirmou: “Não venho pela imprensa travar luta nem retaliar insultos. A luva que me foi atirada é tão

imunda – que nem mesmo merece ser tocada. Manchada e suja deixo intacta na lama das calçadas até que algum calceta encarregado do asseio das ruas devolva quem mandou atirá-la, ou leva envolta com o lixo”. Após isso, teceu imensa explicação sobre o fato, citando testemunhas e exemplos, demonstrando todo o processo que culminou com a compra da carne, desde as ofertas recebidas por diferentes contratantes em envelopes fechados, até a contemplação da proposta vencedora, considerando os preços oferecidos. Com o argumento exposto, escreveu: “Podem os maldizentes esgotarem o calendário dos insultos, aguçarem os seus dentes e atacarem a minha reputação. Gstarão os pútridos dentes, as escorbúticas gengivas e acareada mandíbula – como a cobra da fábula *La Fontaine*, e a minha reputação ficará intacta e ilesa como a lima” (A Imprensa, nº 581, 1879, p. 03). Essas acusações caíam sobre as Comissões de Socorros, com a finalidade de afetar os seus comissários, que quase sempre eram correligionários do partido que estava no poder.

Em uma demonstração das manipulações das propostas do fornecimento de carne, o *A Época* narrou o seguinte episódio, publicado na edição de 27 de maio de 1879:

O dr. chefe de polícia, Antônio do O! Cardoso Guimarães, é maníaco pelo serviço da seca. (...) é ele o árbitro supremo da seca que não seca apesar de procurada secar. Irresoluto e inconsequente, o sr. Antônio do O! introduz sempre a balbúrdia nos serviços que lhe são cometidos, mormente nos que dizem respeito a propostas para fornecimento de carne, como ultimamente sucedeu. Pessoa de todo o critério nos informa que S. S., no recebimento, abertura e decisão das últimas propostas, *pintou o Simão*. Fez uma moxinifada dos trezentos, que o obrigou a andar de Herodes para Pilatos. Abria as propostas, verificava a mais vantajosa mandava chamar o proponente com quem desejava contratar, pedia lhe para modifica-la para menos e fazia um imbróglgio digno do seu caráter e sisudez. Mudava, porém repentinamente de pensamento, corria para palácio, ia e vinha e por fim não sabia a que *santo* atendesse. E levou algum tempo nesse insano trabalho; praticou mais de uma imoralidade a que não se sujeitaram os que perante S. S., licitavam. Achamos irregular o procedimento do sr. dr. chefe de polícia, que não tem o direito de promover reformas das propostas que eles são confiadas; sobre elas deve haver toda reserva e abertas que sejam não mais alteradas e escolhidas a que mais vantajosa for (A Época, nº 60, 1879, p. 04).

Em resposta a esta denúncia, o jornal *A Imprensa* publicou, na edição de 06 de junho do mesmo ano, uma explicação detalhada de como havia ocorrido o processo de licitação:

No seu papel cotidiano de censurar os agentes da pública autoridade, *A Época* não se esqueceu do distinto sr. dr. chefe de polícia Antônio d'Oliveira Cardoso

Guimarães, quem aprovou atacar de modo inconveniente, áspero e injusto, por ocasião de apreciar o negócio das propostas para o fornecimento de carne aos emigrantes. A história referida pelo colega com relação ao assunto envolve uma perfeita inverossimilhança. O fato não se deu como escreveu e se expôs aos olhos do público, segundo nos foi informado. Presentes as propostas na Secretaria de polícia, em cartas fechadas foram elas em seguida remetidas ao Exmo. sr. dr. Belford Vieira (*presidente da província*). Abertas em palácio reconheceu S. Exc. serem mais vantajosos aos interesses da fazenda as dos srs. Capitão Mariano Gil Castelo Branco e João Serafim da Silva, que se ofereceram a fazer o fornecimento a 220 réis o quilograma. Dando se empate entre as duas propostas supra determinou o S. Exmo. Sr. presidente ao dr. chefe de polícia que se entendesse com os referidos proponentes a fim de ver qual dos dois faria alguma modificação. Sendo por isso convidados, declarou o primeiro dos proponentes não fazer modificação alguma; não lhe convindo fornecer por menos de 220 réis; pelo que havendo o segundo proponente retirado a condição, que a princípio – estipulou de ser pago no fim de cada mês ou em dinheiro ou em letras da tesouraria de fazenda, e modificada para 210 sua proposta, foi ela aceita e celebrado do respectivo contrato (A Imprensa, nº 596, 1879, p. 04).

Como reforço do argumento, transcreveu todos os documentos que envolveram o processo da referida licitação. As constantes denúncias do jornal conservador davam-se em afirmar que o enriquecimento pessoal dos liberais com o “negócio da seca” era uma realidade, e que estava sugando os cofres públicos; em contraposição a isso, as vítimas da seca continuavam tentando resistir aos seus efeitos com imensas dificuldades. Em relação aos Núcleos Coloniais, dizia que eles “existiam somente para encher o volumoso ventre de certos filhotes, que com a exploração dessa mina abundante têm pago dívidas e vão fazendo fortuna” e que “a história dos contratos menos onerosos e a redução dos núcleos é uma verdadeira punha que somente aos parvos poderá iludir” (A Época, nº 05, 1878, p. 01). Como justificativa às constantes denúncias, afirmava não fazer por “sistema de oposição, mas em bem dos cofres públicos e por amor de tantos infelizes” vítimas de especuladores que estavam “mercadejando com a miséria pública [...] e com isso certos felizes da situação que estão enriquecendo [...]” (A Época, nº 05, 1878, p. 01, *grifado*). De modo geral, o A *Época* dedicou muito espaço para contestar os valores gastos pelas comissões, mas também os contratos dos núcleos, identificando que na gestão desses locais havia desperdício de dinheiro público e eram uma forma de beneficiar os apadrinhados do governo.

Os Núcleos Coloniais, “bons ou ruins”, eram apontados pelos liberais como um legado recebido dos conservadores, que, para fins de economia e para melhor fiscalização, foram reduzidos dos 18 criados por eles, para sete, no governo do liberal

Araujo Costa (A Imprensa, nº 541, 1878, p. 03). Esses núcleos passaram por modificações administrativas ao longo da sua existência, como a redução da sua quantidade, a concentração dos migrantes em apenas alguns deles, modificações nos contratos que estabeleceram de modo mais claro as obrigações dos contratantes e do poder público, e oscilações no valor das diárias pagas por cada pessoa neles existente, buscando, segundo o governo liberal, reduzir despesas e tornar a assistência mais eficiente. Ao longo da sua existência, os contratantes dos núcleos foram constantemente apontados pelo *A Época* como os maiores beneficiados, afirmando ser um negócio extremamente lucrativo, e que os contratos não eram respeitados por eles; entre os indícios disso, citava que os contratantes informavam pessoas que não estavam abrigadas no núcleo (chamadas de fósforos), não forneciam a quantidade de alimentos determinada e não respeitavam a regularidade de distribuição, tendo como consequência os migrantes adentrando as matas à procura de “coco e palmito”, “entregues aos recursos da natureza”, e mesmo assim os contratantes seguiam recebendo o valor dos contratos. Diante dessas acusações, criticava: “É assim que se regenera a situação” (A Época, nº 04, 1878, p. 01). Porém, o jornal ignorava que alguns contratantes de núcleos, a exemplo do Barão de Campo Maior, proprietário do núcleo Alagoa da Mata, eram conservadores e seus partidários.

Um dos contratantes citados pelo jornal conservador foi Miguel Borges, do núcleo Gandu, onde o periódico afirmava que “os migrantes [...] não recebem regularmente as rações que lhe são marcadas no contrato” (A Época, nº 21, 1878, p. 04). Inconformado com a acusação, Miguel Borges publicou sua queixa afirmando que “os contratantes desses núcleos sofrem as mais injustas acusações *pelo A Época*”. Anteriormente a isso, ele havia sido apontado pelo periódico como um dos contratantes que auferia lucros vultosos por não cumprir com o contrato na oferta do suprimento de carne aos migrantes sob sua responsabilidade. Como forma de rebater as acusações, publicou no jornal *A Imprensa* o demonstrativo do suprimento de carne para os emigrantes do seu núcleo entre os meses de janeiro e abril de 1878, onde se encontravam, de janeiro a março, em torno de 250 pessoas, e no mês seguinte, elevando-se para mais de 500 (A Imprensa, nº 542, 1878, p. 04).

<b>Origem do gado</b>	<b>Número de reses</b>
De M. Borges (contratante)	25
Comprado de M. Gil	10

Comprado de L. Avelino	32
Comprado de H. Barbosa	16
Comprado de N. Burlamaque	17
Comprado de J. Almendra	12
Comprado de Idelfonso da Silva	10
Comprado de P. Rodrigues	06
Comprado de P. J. da Silva	02
Comprado de M. de Paiva	01
<b>Soma</b>	<b>131</b>

Tabela 01: Demonstrativo do número de reses mortas para alimentação dos migrantes no Núcleo Gandu (1878).

Fonte: A Imprensa, nº 542, 1878, p. 04.

Outro contratante citado pelo mesmo motivo foi Juvencio Sarmento, do núcleo São José, que havia sido fundado recentemente, em fevereiro de 1879. Em sua defesa, garantiu que: “os emigrantes recebem integralmente suas rações, como é de direito e nunca houve falta de suprimento em um só dia [...]. Distribui-se carne, que tem sido de boa qualidade, duas vezes por semana, [...] e farinha diariamente”. Para os doentes, “mando suprir carne seca, farinha ou arroz diariamente” [...] e medicamentos (A Imprensa, nº 583, 1879, p. 03).

Embora possivelmente fizessem o uso de exageros para criticar os opositores, não se pode ignorar que

a má gestão dos socorros e, conseqüentemente, o uso pessoal deles em detrimento da população necessitada, envolvia desde o presidente da província, na forma de concessão de privilégios a muitos funcionários dessas comissões, passando pelos fornecedores, até aqueles responsáveis pela distribuição dos socorros. Seja nos socorros diretos, nos Núcleos Coloniais ou na contratação de serviços, quase sempre se dava um jeito de tirar benefícios do dinheiro destinado aos pobres emigrados (Silva, 2024, p. 387).

Com isso, verifica-se que, independentemente da filiação partidária, os envolvidos nos “negócios da seca” fizeram uso dos recursos destinados à assistência da população migrante em proveito próprio no Piauí no século XIX, seja no fornecimento de alimentos, na administração dos núcleos ou no destino dos recursos enviados para as Comissões de Socorros. Diante das críticas, o poder público buscava mostrar eficiência e transparência no auxílio à população.

De acordo com o relatório do estado sanitário dos Núcleos Coloniais, elaborado pelo Dr. Constantino Moura e apresentado ao presidente da província, em 1878, identificou-se, em relação à distribuição de alimentos, incluindo a carne, os seguintes dados: Núcleo Sítio: carne distribuída era boa; Núcleo Santo Antonio: carne da melhor

qualidade; Núcleo Felicidade: carne de boa qualidade; Núcleo Gandu: alimentos de boa qualidade, principalmente a carne; Núcleo da Alagoa da Mata: alimentos de boa qualidade; Núcleo Santa Filomena: não especificado; Considerações: “a ração de carne (250g) por dia para cada indivíduo é suficiente, principalmente em um clima quente que é o nosso” (A Imprensa, nº 562, 1878, p. 01-02).

### **CONSIDERAÇÕES**

Pelo exposto, verifica-se que disputas políticas em torno do fornecimento de carne verde no Piauí, durante a seca de 1877-1879, estavam inseridas em um quadro de interesses conflitantes entre liberais e conservadores, que envolvia um cenário de crise e escassez de alimentos, não se restringindo ao âmbito local. As secas periódicas e suas consequências eram motivo para os embates que iam das províncias às assembleias na corte, sendo o próprio imperador incluído nos debates.

As críticas enfatizavam a assistência desproporcional às províncias, sendo algumas beneficiadas com mais recursos, como o Ceará, enquanto para o Piauí, eles eram escassos (Silva, 2024); a própria momentaneidade da ação dos socorros, que quase sempre se restringiam aos períodos de crise, sem um projeto amplo de prevenção das secas, assim como, principalmente, à aplicação dos socorros públicos, que se tornava alvo principal das acusações partindo dos partidários destituídos do poder, contra os alçados à responsabilidade de geri-los na administração pública.

Nesse contexto, no Piauí, um dos principais pontos de tensão foi a gestão das Comissões de Socorros e dos Núcleos Coloniais, onde acusações de corrupção, contratos fraudulentos e favorecimentos políticos foram frequentes. Os jornais *A Imprensa* e *A Época* serviram como campos de batalha para os dois partidos, ora denunciando abusos, ora defendendo seus aliados. A carne verde, alimento utilizado para a garantia da sobrevivência de muitos migrantes, tornou-se um símbolo de disputas políticas, sendo usada dentro da crise social como mecanismo de manipulação partidária por meio da imprensa, profundamente envolvida na política local, muitas vezes servindo mais aos interesses partidários do que ao interesse público.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil: 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

MARIANI, Bethania S.C. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Discurso fundador (a formação do país e a construção da identidade nacional)*. Campinas: Pontes, 1993.

ROBIN, Régine et alii. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Gestos da leitura da história no discurso*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

REGO, Ana Regina Barros Leal. *Imprensa Piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. *Emigrados do sertão: secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891)*. Teresina: Cancioneiro, 2024.

## FONTES

A Época, 1878 e 1879.

A Imprensa, 1877, 1878 e 1879.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRAZIL (de 25 de março de 1824), Artigo 179, parágrafo XXXI. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm). Acesso: 02 mar. 2025.

PIAUÍ. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 01 de junho de 1878, pelo presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel. Maranhão, Typ. do País, 1878.

Recebido em: 26/01/2025

Aprovado em: 03/09/2025